

HABEAS CORPUS Nº 548.830 - SP (2019/0358107-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : BRUNO BARRIONUEVO FABRETTI E OUTROS
ADVOGADOS : FRANCISCO TOLENTINO NETO - SP055914
BRUNO BARRIONUEVO FABRETTI - SP316079
HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI - SP253891
WILLIAM ALBUQUERQUE DE SOUSA FARIA - SP336388
MARIA JULIA GONÇALVES DE OLIVEIRA RIBEIRO -
SP384223
RAFAELA PEREIRA - SP406987
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : PAULO ROBERTO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de PAULO ROBERTO DOS SANTOS contra ato de Desembargador Relator do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC nº 5030700-82.2019.4.03.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente no bojo da denominada Operação Cadeia Alimentar, que investiga a suposta prática dos delitos de cartel, fraude a licitações, falsidade ideológica e organização criminosa.

Segundo consta, o magistrado decretou a prisão temporária do paciente e de outras 26 pessoas, bem como determinou a realização de ações de busca e apreensão, bloqueio de ativo e sequestro de bens.

A defesa impugnou o decreto de prisão por meio da ordem originária, cuja liminar foi indeferida pelo Relator (e-STJ fls. 18/29).

No presente *writ*, a defesa alega que a prisão temporária está sendo utilizada como subterfúgio à vedada condução coercitiva. Afirma que o paciente somente não foi liberado porque exerceu seu direito de permanecer em silêncio enquanto não estava acompanhado de seus advogados.

Argumenta que *se verifica a teratologia da decisão ao apontar*

que a restrição da liberdade do PACIENTE seria necessária para que fosse ouvido perante a Autoridade Policial, em verdadeira tentativa de compeli-lo, mediante a restrição de sua liberdade de locomoção, a fornecer informações à Autoridade Policial mediante interrogatório (e-STJ fl. 10).

Invoca, entre outros, o princípio da vedação à autoincriminação.

Requer, assim, a superação do enunciado nº 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, para que, em liminar e no mérito, seja relaxada a prisão temporária.

É o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.

2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.

3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.

4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE

SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

No caso, verifica-se que o *decisum* apresenta fundamentação suficiente e idônea a afastar a alegação, neste momento, de manifesta ilegalidade que justificasse a superação do enunciado sumular, notadamente se considerado o que foi enfatizado pelo Tribunal *a quo*, seguinte sentido (e-STJ fls. 24/27):

Diante de fundadas razões tanto de materialidade como de participação do paciente nos delitos sob investigação (a princípio e em tese, crimes de cartel, de fraude a procedimentos licitatórios, de falsidade ideológica e de organização criminosa), a autoridade judicial acoimada de coatora determinou sua prisão temporária com fundamento nos incisos I e III do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, asseverando, para tanto, a necessidade de tal constrição de liberdade à luz da necessidade de obtenção de provas relacionadas com as infrações que até então pareciam encontrar-se em cometimento, sem prejuízo de ainda fundamentar seu comando judicial na necessidade de se evitar potencial montagem de versão entre aqueles que, ao que parece, estavam imbricados nos fatos constantes do feito subjacente - a propósito (ato coator - ID 107448896):

(...)

Dentro de tal contexto, a teor do excerto anteriormente colacionado, depreende-se o efetivo implemento dos requisitos necessários ao deferimento da prisão temporária ora combatida, com especial destaque para a existência de fundadas razões (estas entendidas por elementos probatórios mínimos a respaldar tanto materialidade como indícios de autoria em desfavor daqueles cuja liberdade foi coarctada - provas amealhadas na primeira fase da OPERAÇÃO CADEIA ALIMENTAR acrescidas daquelas apresentadas pelos colaboradores), sem se descurar, outrossim, da efetiva

constatação da imprescindibilidade da medida excepcional para a finalidade de obtenção de mais elementos de prova a permitir o desbaratamento de organização criminosa que, ao que consta dos autos, existiria (espraiando efeitos em âmbito privado como também no seio da Administração Pública de diversas municipalidade em arrepio dos mais comezinhos princípios que deveriam regê-la).

Destaque-se, ademais, a subsunção da situação fática ao rol de delitos que permite a segregação ora em apreciação na justa medida em que há indícios de prática do crime de organização criminosa, infração penal esta que se coaduna com a hipótese contida no art. 1º, III, alínea I, da Lei nº 7.960/1989. É verdade que mencionado preceito legal faz menção ao antigo crime de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do Código Penal, atualmente nominado de associação criminosa, de molde que se poderia tecer ilação que a Lei de Prisão Temporária não comportaria a constrição de liberdade para investigado pela execução do crime de organização criminosa (elencado na Lei nº 12.850/2013). Ocorre, entretanto, que tal argumentação encontrar-se-ia desprovida de razoabilidade na justa medida em que, se um crime menos grave (como a quadrilha ou bando - atual associação criminosa) permitiria a medida, com muito mais assertividade a prisão temporária poderia ser decretada com supedâneo na existência de organização criminosa (que, por princípio, mostra-se mais grave em relação ao tipo penal elencado no art. 288 do Código Penal).

Importante ser dito que o paciente argumenta no sentido de que sua prisão temporária teria sido decretada como um subterfúgio à vedada condução coercitiva, de modo que estaria havendo uma manifesta ilegalidade à luz do que o C. Supremo Tribunal Federal decidiu quando do julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nºs 395 e 444. Entretanto, impossível aquiescer com tal argumentação na justa medida em que a segregação da liberdade encontra-se fundada na necessidade de se obter elementos probatórios de todo o engendro, em tese, criminoso, o que extrapola em muito a simples oitiva de quem quer que figura como investigado. Aliás, parece evidente que, uma vez encetadas as medidas de busca e apreensão e de prisão temporária daqueles elencados no ato judicial tido como coator, a autoridade policial promova a arguição de tais pessoas, o que não significa que teria havido condução coercitiva (e muito menos desrespeito ao que restou decidido pelo C. Pretório Excelso), bem como que teria havido mácula ao direito ao silêncio ou

Superior Tribunal de Justiça

de não se auto incriminar. Nesse diapasão, quando da inquirição dos detidos pelo Delegado de Polícia Federal, por certo será respeitado todo o plexo de direitos fundamentais assegurados ao investigado, dentre eles o direito ao silêncio e de não produzir prova contra si mesmo.

Ademais, pode o investigado produzir prova a seu favor, em um momento muito importante: imediatamente após deflagrada a operação.

Noto que estar sob regime jurídico de prisão temporária difere substancialmente de estar sob condução coercitiva, pois o investigado pode ficar até cinco dias detido e pernoitará na Carceragem da Polícia Federal, sob o mesmo regime disciplinar das demais pessoas recolhidas. Vale dizer, o ato praticado não tem natureza jurídica de condução coercitiva.

Verifica-se, portanto, que a questão posta em exame - acerca da real natureza, intenção e necessidade da prisão temporária decretada - não é livre de controvérsias, de modo a justificar a superação do enunciado nº 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Ao contrário, trata-se de matéria que demanda averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, no momento adequado.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator